

MULHERES E SEUS SABERES ENGRAVIDANDO UMA *OUTRA ECONOMIA*

FISCHER, Maria Clara Bueno – UNISINOS

ZIEBELL, Clair Ribeiro - UNISINOS

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: FAPERGS¹

Nestes tempos difíceis as classes populares da América Latina têm produzido ações de resistência à dominação e também ações propositivas, como é o caso da *outra economia*². Tais ações necessitam ser conhecidas, analisadas e os saberes nelas produzidos reconhecidos e legitimados, especialmente os das mulheres, dado o lugar destas no lento e contraditório processo de construção de seu protagonismo no âmbito desta economia. Trata-se de uma gestação que necessita ser nutrida e conhecida.

Homens e mulheres das classes populares sofrem (e produzem) diferentes formas de dominação e discriminação. São as mulheres, no entanto, que se constituem, predominantemente, no pólo subordinado na histórica relação assimétrica entre os gêneros masculino e feminino. Vêm, entretanto, lutando e se afirmando como seres de seu tempo, no próprio enfrentamento dos limites colocados à sua humanização. Nesse movimento vão criando e recriando modos de ser, de dar sentido às suas vidas e de produzir saberes.

Apresentamos aqui uma análise de saberes de mulheres³ moradoras de periferias urbanas. Destacamos os produzidos na vida comunitária, em situações de trabalho formal e não formal e em empreendimentos econômicos solidários⁴. Incluímos também uma reflexão a respeito do ato de conhecimento estabelecido na relação entre saberes da experiência e saberes formais.

¹ Apoio da FAPERGS através de Bolsista de Iniciação Científica.

² Expressão utilizada por CATTANI, A. (2003) para designar várias formas de organizar a produção material e os serviços que aparecem como alternativas à economia capitalista como empresas autogestionárias e cooperativas.

³ As mulheres a que fazemos referência são as 15 entrevistadas de dois empreendimentos econômicos em pesquisa já concluída. Dados analisados são apresentados ao longo do texto.

⁴ Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, comercialização e do crédito. (GAIGER, 2003, p.135).

A experiência e os saberes: em busca de um encontro

A perspectiva freireana instaurou há algum tempo, entre parcela de educadores e de dirigentes, a convicção do valor da apropriação crítica, com contribuição crucial da teoria, da experiência dos sujeitos e seus saberes como condição para a libertação dos seres humanos, de e em processos de dominação. Processos que, muitas vezes, produtivamente alimentam. Um ato de conhecimento desta natureza, através do diálogo, supõe e realiza uma relação dialética entre conteúdo e forma e entre sujeito e objeto que permite o reconhecimento destes como históricos, produtos de relações sociais e inseridos numa totalidade contraditória permeada por relações de poder. Implica na compreensão do próprio pensamento, que participa ativamente da construção do objeto, como estando em movimento. A linguagem produzida aí, enquanto nomeia os saberes construídos na tensa experiência de estar, ao mesmo tempo, no e com o mundo, expressa a vivência da contradição entre alienação e afirmação de práxis crítica. Identificar, sistematizar, nomear e legitimar saberes produzidos pelos e com os sujeitos no processo de implementação de uma outra economia são ações que se inscrevem, portanto, num horizonte emancipatório.

A aproximação, com razão e sensibilidade, da *experiência* possibilita um adentramento na complexa relação entre determinação e ação. A experiência implica, visceralmente, o sujeito que a produz. Uma economia orientada pela solidariedade e a justiça, que recoloca o ser humano no seu centro, constitui-se num objeto contemporâneo que necessita ser estudado. Isso pode contribuir para o entendimento da dinâmica objetiva e subjetiva da atual *experiência* de trabalho e a produção de saberes nela desenvolvidos.

Pesquisar e realizar atividades sobre o tema da economia solidária demanda, então, a construção de um processo teórico-metodológico que relacione coerentemente saberes da experiência, saberes formais e desenvolvimento de autonomia. Josso (2004) tem nos auxiliado nesta tarefa com suas proposições a respeito do trabalho de formação e pesquisa com narrativas (oral e escrita; individual e em grupo) de história de vida. Estas oferecem ao sujeito a possibilidade de apropriar-se de seu processo de formar-se ao longo da vida. O “caminhar

para si” e “com o outro” permite um distanciamento do vivido, contribuindo para que o sujeito transforme suas vivências marcantes em experiências formadoras. Segundo JOSSO (2004),

a experiência formadora é uma aprendizagem que articula, hierarquicamente: saber fazer e conhecimentos, funcionalidade e significação, técnicas e valores num espaço-tempo que oferece a cada um a oportunidade de uma presença para si e para a situação, por meio da mobilização de uma pluralidade de registros (p.39).

A tensa e produtiva relação entre saberes formais e os da experiência, nem sempre legitimados, são identificados e problematizados através da tomada de conhecimento dos registros orientadores das vivências. Os saberes produzidos pela experiência permitem a resolução de problemas sem necessariamente o conhecimento de formulação ou solução teórica ou de projetos de “vir a ser”; questão importante para a outra economia.

Souza (2000) também tem contribuído nessa direção quando se refere aos processos de re-cognição. Estes

implicam na capacidade de identificar e respeitar o que o educando [pesquisado] sabe, seu conhecimento, mas, ao mesmo tempo, a competência que, a partir desse saber e do saber científico, deve dominar. Ajudar o educando a construir um novo saber é realizar a re-cognição. Requer, pois, competência e habilidade para avaliar diversos tipos de conhecimento e ajudar o educando [pesquisado] a apropriar-se dos mecanismos capazes de transformá-lo em construtor de seu próprio conhecimento e de sua reinvenção como pessoa, cidadão e sujeito (p.53).

A derrubada das cercas entre esses tipos de saberes é um assunto corrente no mundo do trabalho. Há uma perspectiva pragmática que busca identificar saberes tácitos dos trabalhadores para serem mais rapidamente incorporados ao processo produtivo para realizar o processo de valorização do capital. Outras, com as quais nos alinhamos, têm trabalhado com a identificação, reconhecimento, valorização e ressignificação dos saberes da experiência para afirmação histórica do ser humano e do trabalho, preocupada com o valor de uso, mais do que com o valor de troca implicados. Aqui podemos citar, por exemplo, os trabalhos de Correia (1997), Santos (2000) e Schwartz (2003) e Tiriba (2000). Esta orientação permite uma importante articulação entre reflexões sobre o protagonismo de sujeitos individuais e coletivos na economia.

Pesquisamos os empreendimentos na perspectiva de aprofundar o conhecimento sobre a produção e desenvolvimento de saberes ao longo da vida e que são associados àqueles produzidos ou necessários à sua implementação. Em uma pesquisa entrevistamos 15 mulheres de uma cooperativa de serviços e de uma associação pró-cooperativa de alimentos e remédios alternativos. A família, a comunidade, os espaços de trabalho informal e formal se constituem em lugares onde as entrevistadas estão produzindo saberes e sentidos para sobreviver e viver dignamente. Parece-nos razoável afirmar que são saberes populares, já que muitas vezes o saber da vivência das entrevistadas será processado em atividades formais e não formais de educação popular e também nos encontros de socialização dos dados da pesquisa. Conforme SANTOS (2000)

o saber popular é aquele que nasce da atividade de pensar e de refletir das pessoas e grupos das camadas populares sobre a sua experiência vivida em todas as práticas, em todas as situações vividas. Ele sofre, também, a influência, de conhecimentos produzidos e organizados por outros segmentos sociais (p.297).

Parece-nos que os conceitos de experiência formadora, o de re-cognição e o de saber popular se complementam e contribuem para a nossa reflexão a respeito da problemática do protagonismo das mulheres das classes populares na economia.

Os saberes das mulheres e a gestão comunitária

Muitas das entrevistadas têm a vivência da gestão comunitária. Este conceito nomeia a realização e a organização de parcela do trabalho reprodutivo⁵. Refere-se a ações de mulheres na comunidade na organização de grupos com fins diversos, como implementar ações de geração de renda ou atividades relacionadas ao cuidado de pessoas. Envolve a participação em atividades promovidas pelas Igrejas, sindicatos, movimento social urbano, ONGs, incluindo ações diversas de Educação Popular. Nesses espaços e tempos elas produzem múltiplos saberes relacionados à organização de pessoas, exercício do poder e ética.

A participação em um movimento da moradia, por exemplo, foi muito significativa para as participantes da associação. Conseguiram suas casas através de ocupação e

⁵ A outra parcela do trabalho reprodutivo refere-se às tarefas do trabalho doméstico.

negociação coletiva. Foi uma situação em que aprenderam sobre as vantagens da ação coletiva e do ato de compartilhar saberes para conquistar bens ou direitos. Diversos saberes de natureza política e organizativa são indicados: coordenar pequenos e grandes grupos; elaborar propostas conjuntas; tomar decisão individual e coletivamente; construir consensos; encorajar as pessoas a desenvolver e a manter uma disposição para lutar por seus direitos; planejar ações considerando estratégias e táticas; compartilhar; identificar, e saber agir, considerando relações de força em jogo, interesses de pessoas e de grupos; identificar as formas como lutam para defendê-los e aprender a enfrentar tensões quando não há consenso. Aprender o que é e como realizar uma gestão democrática se mistura com o aprender uma perspectiva autoritária de gestão. Indicam o aprendizado de superar o medo de falar em público e valorizar a própria opinião, mantendo energia e iniciativa mesmo em situações hostis: o ter e usar a voz e a vez.

A gestão comunitária promove ainda o cultivo da cultura da coerência entre a palavra e a ação, de ser transparente nas informações oferecidas e respeito no uso do patrimônio comum. A experiência em atividades desenvolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base também desenvolve valores de autonomia e solidariedade: “ensinar a pescar e não simplesmente dar o peixe para alguém que pede sua ajuda”; “o que tu aprendes tu deves ensinar aos outros, não simplesmente ficar para ti”; “viver em comunidade”; “dar e receber”.

Aprenderam também a lutar a favor de relações simétricas de gênero. Algumas, de ambos empreendimentos, assistiram a cursos e atuaram a partir deles como promotoras legais populares⁶. Nessas são preparadas para defender a si e a outras que se encontram em situações de desigualdade, violência e preconceito. Em cursos sobre formação de liderança de gênero refletiam, entre outras coisas, a respeito de impasses enfrentados nas relações sociais nos grupos: desvendam as relações de poder que dificultam um processo democrático de participação preparando-se para o exercício da liderança e a tomada de decisões.

6 “Promotoras legais populares são mulheres que realizam capacitação em legislação e direitos humanos, com ênfase nos direitos das mulheres, tornando-se multiplicadoras de informações em suas comunidades, fortalecendo e qualificando a intervenção feminina na construção de relações mais igualitárias” (Texto do folder da ONG CECA – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – 2003)

Empreender na economia e se envolver em outras ações de âmbito municipal ou regional resulta, em parte, desses processos de aprendizagem e de produção de saberes. Na associação pró-cooperativa a dimensão de gênero foi e é central. Algumas das mulheres têm participado de atividades políticas envolvendo diferentes cidadãos e cidadãs que objetivam discutir e dar suporte às cooperativas no município. No espaço do Fórum Social Mundial vendem seus produtos e participam de oficinas sobre economia solidária. No caso da cooperativa, todas participaram da criação do Fórum de Mulheres na cidade e este tem sido fundamental para a ação da Coordenadoria da Mulher. A elevação de consciência de gênero ocorreu, pelas suas falas, em função de diferentes experiências educativas com a Igreja Progressista, Organizações Não Governamentais (ONGs), ação de extensão da Universidade⁷ e através da sua participação no movimento de mulheres. No entanto, mesmo assim, uma cultura patriarcal mantém sua força e se manifesta no cotidiano dos empreendimentos.

A gestão comunitária promove uma importante produção de saberes que é, por vezes, sistematizado e problematizado nas atividades de Educação Popular. As mulheres têm uma opinião muito positiva a respeito do que aí aprendem. Já a escola não é uma instituição citada como local de aprendizados significativos da arte de viver...

Podemos afirmar que a vida na comunidade e a gestão comunitária proporcionam a geração de saberes político-organizativos, de solidariedade, de gênero e uso de saberes fazer aprendidos em casa. Saberes que têm, por vezes, passado por processos de re-cognição. Quando isso acontece, as vivências que os geraram vão se transformando em experiências significativas.

Saberes em situações de trabalho

Perguntamos às mulheres a respeito das suas aprendizagens em outras atividades laborais antes, ou concomitante, à sua participação nos empreendimentos. Saberes como

⁷ Referimo-nos a um programa de extensão de assessoria a movimentos de mulheres realizado por professores e alunos do curso de Serviço Social da nossa universidade há 14 anos.

cozinhar, fazer remédios fitoterápicos, bordar ou costurar, não elevados à condição de saberes profissionais, foram construídos na família ou na comunidade. São, por vezes, potencializados e/ou aperfeiçoados em ações comunitárias voltadas à sobrevivência como, por exemplo, atividades de geração de renda e do cuidado da comunidade. Duas entrevistadas, e algumas informações mais abrangentes das entrevistadas da associação pró-cooperativa, ilustram nossa reflexão.

Jane carrega as marcas do trabalho na cidade. Ela trabalhou em indústrias de calçados, de produção de ar condicionado e como empregada doméstica, com vínculo formal. Sem vínculo atuou em ateliers de calçados e em serviços domésticos. Da fábrica de calçados destaca saberes aprendidos que lhe garantiram uma profissão com registro na Carteira de Trabalho. Outros saberes lá aprendidos relacionam-se à gestão do trabalho: organização; hierarquia relacionada à competência e, no entendimento dela, não com gênero; a divisão sexual do trabalho é considerada necessária, justificando que homens devem assumir tarefas que exigem maior esforço físico. O trabalho na fábrica, diferente do doméstico, permitiu-lhe desenvolver uma certa independência pelos benefícios legais e a qualificação profissional obtida. Mesmo assim, enfatiza saberes aprendidos com as patroas nas funções de empregada doméstica. Ao referir-se à cooperativa a entendia como uma iniciativa própria para os que não têm escolarização, ou mesmo uma profissão, e para quem está excluído do mercado formal de trabalho.

A maioria das pertencentes à associação pró-cooperativa veio do campo nos anos 70 e 80. Trabalhavam em pequenos pedaços de terra em família⁸. Nas cidades quase todas foram trabalhadoras assalariadas no setor de serviços e poucas na indústria. Uma divide seu tempo entre a associação e o trabalho num hospital. Todas realizam trabalho doméstico (nos dois empreendimentos, é claro); algumas como empregadas domésticas, com ou sem contrato formal. A venda informal de produtos é parte da experiência de trabalho de algumas. Uma delas trabalha num pequeno negócio de vendas familiar. Em geral dizem não ter uma profissão e, então, saberes propriamente profissionais. Aprenderam, nas suas próprias vivências ou nas

⁸ Em pesquisa em desenvolvimento com mulheres e homens de uma cooperativa de calçados temos explorado mais os saberes associados à cooperação na sua experiência de trabalho no campo.

de outros, que ter direitos trabalhistas é conquistar o reconhecimento social que possuem o/as empregado/as. Mencionam aspectos positivos relacionados à sociabilidade aí desenvolvida por ela: sair de casa e se afastar de atividades domésticas; encontrar outras pessoas no ônibus e fazer amigos fora do lugar onde vivem. Indicam saberes relacionados à organização do trabalho considerados positivos: cada uma com sua tarefa, sem ter que discutir tudo no coletivo e ter um horário de trabalho definido. Expressavam indícios de insatisfação com a gestão verticalizada e o ambiente competitivo das empresas. Uma delas mencionou saberes de gestão coletiva aprendidos na cooperativa que estava utilizando nas suas tarefas no hospital. Chama a atenção que, em geral, não é um saber profissional específico, mas a gestão do trabalho que é salientada como saber aprendido. Talvez isso se explique pela falta de uma profissão.

Carla, nosso segundo exemplo, pertence à associação. Teve uma passagem rápida em atividades de emprego formal no setor de serviços. Suas principais atividades prévias de trabalho foram nos serviços domésticos, em que os tradicionais saberes do cuidado da casa foram produzidos e como vendedora autônoma (atividade que ainda realiza). Esta lhe proporcionou, e ainda proporciona, aprendizados de relacionamento com o público. É o trabalho de gestão comunitária que há tempo tem ocupado o lugar central em sua vida, fonte principal de produção de saberes e de prazer! A ação na associação pró-cooperativa é parte disso. Nesta mulher pode-se dizer que se corporifica, através da gestão comunitária que realiza, a mediação entre o mundo da produção e o da reprodução.

Para a maioria das entrevistadas, no entanto, ter um emprego formal seria muito melhor do que empreender esforços para estabelecer cooperativas; especialmente em função dos direitos trabalhistas. Têm clareza, por outro lado, que na sua idade conseguir emprego é difícil e as cooperativas surgem como alternativa. E, então, os saberes produzidos no mundo da reprodução vão entrando em cena, se refazendo e se legitimando, ou não.

Saberes nos e dos empreendimentos⁹

Há muitas exigências para implementar empreendimentos solidários: obter financiamento; realizar comercialização de produtos e serviços; fazer gestão coletiva; compreender e manejar relações humanas no cotidiano; conhecer a legislação e implementá-la; enfrentar competição desleal com “falsas” cooperativas; ter infra-estrutura; ter formação e qualificação voltada ao foco do empreendimento; superar assimetrias de gênero e conquistar políticas públicas adequadas. Estamos focando um aspecto implicado em tal implementação: os saberes da experiência.

Quando criaram os empreendimentos as entrevistadas tinham um conjunto de saberes que sustentavam e ainda os sustentam. Uma série deles era relacionada com a reprodução e cuidado da vida: serviços gerais, bordar, cozinhar, cozer, produzir fitoterápicos e administrar o cotidiano das relações na comunidade. Saberes sem reconhecimento público e social, mas centrais para os empreendimentos. Traziam também saberes relacionados à gestão do trabalho aprendidos em empresas: garantia de controle de qualidade; aspectos burocráticos; organização do trabalho, especialmente relacionados à hierarquia e divisão das tarefas.

Os casos indicam sinais diferenciados a respeito da transferência dos saberes prévios, potencialmente positivos, para a implementação dos empreendimentos numa perspectiva de cooperação solidária e com competência técnica. Fazer artesanato, forte no caso da cooperativa, não foi potencializado, embora houvesse mulheres com uma expectativa de tornar profissional o que faziam. Já no outro caso potencializaram saberes que tinham a respeito de fazer alimentos e produzir fitoterápicos. Relações assimétricas de gênero influenciaram o ocorrido. Tiveram dificuldades de transferir para o empreendimento valores como democracia, solidariedade e igualdade nas relações de gênero, mesmo que, de certa forma, os mantenham e os desenvolvam até hoje em outras esferas de atuação. Na associação, embora com dificuldades, a situação foi diferente.

⁹ Tivemos limites para a realização de uma análise mais profunda já que as experiências são relativamente recentes.

Compreendendo o ocorrido: 1º ato

Uma perspectiva teórica que tem contribuído na análise é a noção de rede movimentalista de ação direta de Doimo (1995) que nos auxilia no entendimento dos processos de socialização produtores de saberes que muitas das mulheres estiveram envolvidas. “São redes sociais que mobilizam pessoas que estão predispostas a ter uma participação contínua em movimentos sociais reivindicatórios num campo informado por valores comuns” (p.152). Para a autora “essas redes emergem de relações pessoais e através de manifestação de diferentes interesses e intercomunicação entre grupos de natureza e funções distintas e têm nas CEBs sua matriz fundadora” (p.155). E, ainda, “são redes constituídas de pessoas que estão predispostas a participar de forma contínua e concomitante: da luta contra o alto custo de vida à luta por creche, seguida da luta por saúde pública...” caracterizando-se por um comportamento espasmódico (p.152).

Quem desses processos participa aprende a lutar e construir consensos em torno de valores que orientam e regulam uma conduta de participação. Ela afirma que “... a participação dos indivíduos nas redes está baseada na idéia do consenso e da solidariedade, que acaba criando um espaço para líderes carismáticos criando dificuldades para a absorção de conflitos internos e, então, acaba por excluir vozes divergentes” (p.156).

É uma experiência que vai produzindo valores e jeitos de atuar. Refletir com as mulheres a respeito da questão de lideranças carismáticas; sobre o manejo com o conflito; sobre o contexto mais amplo em que estão inseridas e sobre a falta de institucionalidade de sua ação, pode contribuir para a superação de algumas das dificuldades de realização de seu protagonismo. Por outro lado, é importante analisar com elas características positivas desses processos em rede, como a capacidade desenvolvida de estabelecer ações em rede e seus resultados. O seu envolvimento ativo na criação de fóruns e nas atividades de Educação Popular – os cursos de liderança de gênero; saúde comunitária e de promotoras populares – são alguns exemplos. Ressaltamos, ainda, a necessidade de trazer à consciência sua capacidade de atuar tanto na esfera privada como na pública; isso também contribui para o reforço de seu protagonismo.

A categoria gênero também contribui para avançarmos no entendimento da relação entre saberes produzidos e aprendidos ao longo da vida e a ação das mulheres nos empreendimentos.

O grupo da cooperativa vivenciou no seu cotidiano as assimetrias de gênero, como o abuso de poder, a dupla jornada de trabalho, a desigualdade de remuneração e trabalho precarizado. As mulheres e um homem deste grupo organizaram sua ação baseada em valores tradicionais, resultado de uma longa experiência de preconceito e discriminação. A presidência foi sendo assumida, e aceita pelo grupo, por um único homem; o cargo legal, formal, no entanto, é de uma mulher! Ele, o marido desta, um aposentado que tinha tempo para empreender, conhecimento de aspectos burocráticos e um comportamento autoritário, mas maculado por um discurso a favor das mulheres, impôs sua liderança com uma aceitação aparentemente passiva das mulheres. Como e por que com sua rica experiência e saberes não o enfrentaram?

Saffioti (2002, p.333), na reflexão que faz sobre a ordem patriarcal de gênero afirma que são formas de dominação e exploração que persistem, sendo levadas ao extremo no atual modelo societário. Afirma que a predominância desta matriz “modela mais profundamente as subjetividades das pessoas”. Um dos aspectos, elucidativo para compreender o caso em questão e outros, diz respeito ao sentimento de impotência que, na mulher, seria específico de gênero. “Como gênero atravessa toda a vida social, pode-se afirmar que as mulheres, enquanto tais, vivenciam quotidianamente a impotência” (p.335). Para ela as mulheres convivem mais com a impotência, pois seriam mais treinadas para tal¹⁰. Carreira, Ajamil e Moreira (2001) apontam outros aspectos que limitam o exercício da liderança pelas mulheres: a crença de que o poder isola; de que todas as mulheres são iguais e, então, a busca obsessiva pelo consenso. As mulheres tendem a priorizar e a preservar as relações entre as pessoas a todo custo.

¹⁰ Saffioti, H (2002) não desconsidera que as mulheres exerçam o poder mas a dimensão da impotência prevalece na relação face a face com os homens em geral e com o “seu homem”. Ressaltamos que tais reflexões, em que nos apoiamos, são feitas numa análise a respeito da violência contra a mulher e violência doméstica. Para nós são fecundas também para compreender pelo menos o caso em questão.

Tais reflexões contribuem para a compreensão de elementos da subjetividade feminina, forjada culturalmente, que estão presentes no acontecer de um protagonismo individual e coletivo.

No outro empreendimento a líder do grupo, Carla, trouxe consigo convicções e saberes mais consolidados a respeito da positividade de relações simétricas de gênero. Tal perspectiva foi desenvolvida, principalmente, nos variados cursos e atividades para mulheres que têm participado. Ela é a líder, de direito e de fato, do grupo. Foi a proponente do empreendimento com intenção de apoiar mulheres que estavam sem perspectivas e isoladas de outras experiências culturais. Foi principalmente a partir dessa perspectiva de gênero que agiu e continua agindo. A associação funciona em sua casa; embora diga que lute continuamente para que o mesmo seja transferido para outro local. São aspectos relevantes para analisarmos o relativo sucesso desta associação pró-cooperativa e o papel do protagonismo das mulheres. É uma líder e educadora popular, lembrando permanentemente suas companheiras sobre o que significa estabelecer uma cooperativa e mostrando caminhos para tal através de várias ações: elaboração de projetos; articulação com a comunidade mais ampla; busca de formas para comercializar os produtos, entre outras. Algumas, no entanto, indicaram que sentiam falta da presença masculina para venderem os produtos e sentirem-se mais seguras e respeitadas. Podemos perceber uma certa impotência das outras mulheres também por, tendencialmente, delegar o poder de decisão e a iniciativa para Carla. Algumas ainda estão convencidas da cultura patriarcal: determinadas tarefas e condição de respeitabilidade social são associadas à figura masculina.

Doimo (1995) recorda-nos que os movimentos de mulheres na América Latina, situados no campo dos movimentos sociais populares, pautaram-se na década de 70 e 80 por uma conduta de ação direta que teve como novidade importante o fato de se originarem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política; num contexto de crise do Estado capitalista, gerador de fortes carências experimentadas no cotidiano. Há, portanto, uma cultura nesse tipo de movimento que é diferente, estranha às relações tradicionais da esfera produtiva. Esta cultura ainda vem produzindo as mulheres e determinados saberes no âmbito da gestão comunitária.

Relacionar saberes produzidos e desenvolvidos nas experiências de trabalho, na gestão comunitária e nos empreendimentos com a noção de redes movimentalistas de ação direta e a categoria gênero permite um nível de compreensão dos impasses e dos avanços das mulheres para o exercício de seu protagonismo.

A experiência e os saberes desenvolvidos nos movimentos de mulheres e gestão comunitária tiveram um papel central no processo de organização inicial dos dois empreendimentos através da iniciativa, mobilização e ação em rede. Tomando o caso da cooperativa verificamos que, à medida que a ação é formalizada, isso se altera, tornando-se inoperantes ou não importantes tais saberes. Na etapa produtiva, seja porque os objetivos se desviaram, seja porque nas relações de poder predominou a concepção masculina de trabalho, que passou a determinar o caráter que deveria ter o empreendimento e/ou, ainda, pela dificuldade das mulheres de atuar na esfera da produção ou com organizações mais institucionalizadas, não houve o mesmo desempenho e habilidade por parte das mulheres. Os saberes prévios aparentemente se desvaneceram, não dando um salto de qualidade através de uma maior articulação entre as dimensões social, política e econômica.

Homens e mulheres têm dificuldades de estabelecer relações entre o mundo da produção e o mundo da reprodução; este (ainda) considerado como do feminino. Esta questão histórica recoloca a questão de que o conceito de trabalho, em redefinição, deve considerar as atividades cotidianas das mulheres, com todas as conseqüências econômicas, políticas e culturais para a sociedade que advêm daí (BRUSCHINI, 1998). Na discussão proposta neste texto, parece-nos que o não reconhecimento social das atividades domésticas ou “do lar” e de “gestão comunitária” como trabalho cria mais dificuldades de transferência, consciente e prática, entre saberes oriundos da esfera da reprodução para a da produção e vice e versa. Necessita-se de um conceito integrando a experiência [e saberes] do trabalho reprodutivo da vida, nas suas dimensões privadas e públicas, e também o exercício político em nível do poder local.

Tornar consciente, representar e assumir assim o trabalho doméstico e a gestão comunitária pode contribuir para o entrelaçamento entre as duas esferas; questão chave para a criação e consolidação de empreendimentos solidários. Estes estão mediando estes mundos e, talvez, criando empiria para novas teorizações sobre o trabalho.

Trouxemos neste artigo saberes desenvolvidos pelas mulheres a partir da sua inserção em atividades e relações sociais de emprego formal. Aí aprenderam a dar valor ao emprego e a valorizar um salário regular para ter alguma segurança na vida e, de forma ampla, para ter reconhecimento social na sociedade. Se esse processo pode indicar um processo de alienação, significa, ao mesmo tempo, o reconhecimento de direitos conquistados pela classe trabalhadora. A economia popular nasceu no e do setor informal¹¹ e está num processo incipiente de tornar-se uma outra economia. A maioria das entrevistadas não teve uma inclusão efetiva no setor formal da economia, e não o terão. A idéia de ter um emprego ou sucesso em empreendimentos solidários é um desejo de libertar-se de diferentes tipos de dominação, mas não lhes dão, no curto prazo, as garantias do emprego formal. A sua pouca participação no movimento sindical poderia ter-lhes dado uma experiência de luta e produção de saberes a respeito de democratização nas e das relações de trabalho capitalistas; algo, a princípio, conhecido dos atuantes neste movimento. Isso poderia influir no entendimento e exercício de uma gestão mais democrática em cooperativas. Faz-se necessário pesquisar sobre as relações entre o movimento sindical e a construção de uma outra economia.

Toda essa reflexão deve ser situada no contexto de uma sociedade em que se vive a hegemonia de relações sociais capitalistas e precária participação do Estado nas políticas sociais. Sem alteração substantiva nessa realidade não há chance de sucesso. Os grupos envolvidos necessitam conhecer, analisar e atuar também em relação a essa questão.

O conjunto dos saberes, a que fizemos referência neste texto, precisa ser integrado, de forma sistematizada, crítica e prática a propostas formativas para empoderar os sujeitos para atuar em diferentes esferas.

¹¹ Problemática desenvolvida por TIRIBA (2001) p.95-150.

Compreendendo o ocorrido: 2º ato

O diálogo na pesquisa e na assessoria pode contribuir com a re-cognição e reinvenção da realidade. No nosso caso, realizamos duas oficinas com esta intenção. Na primeira apresentamos as perguntas centrais de pesquisa, a categorização dos saberes identificados e alguns conceitos utilizados. Na segunda a reflexão foi focada no protagonismo das mulheres na gestão comunitária e nos empreendimentos. As oficinas ocorreram como parte de uma programação anual desenvolvida por um serviço de assessoria da universidade a movimentos de mulheres. Além de algumas das entrevistadas, outras mulheres interessadas participaram.

Nos dois momentos ampliamos as informações; houve troca de experiências entre as participantes e os conceitos da pesquisa foram trabalhados.

Na primeira oficina, um relato sobre uma experiência de gestão comunitária de uma participante de uma cooperativa de reciclagem na região do Vale dos Sinos/RS, com forte atuação na comunidade, contribuiu muito para a compreensão nossa sobre as dimensões social, política e emocional que a legitimação pública de saberes das mulheres pode gerar.

[Era] uma necessidade ... as mães trabalhavam... a gente ajudou desde o mutirão, organizar o prédio da creche e coisa assim, sempre cobrando da Prefeitura. Na hora de trabalhar na creche [nos perguntamos] quem vai trabalhar? Vão trazer as mulheres formadas lá do centro e nós bancamos assim [sem reação]? ... A gente sapateou e disse não. 'Então, não tem creche aqui, quem vai trabalhar serão as mulheres do grupo tal; a fulana que já está sendo preparada; são mães que sabem limpar a bunda de uma criança e fazer carinho. Elas podem não ter 2º Grau, mas serão elas.

A este depoimento seguiu-se uma reflexão, conduzida pelas pesquisadoras, sobre a importância da apropriação dos seus saberes. Esta fala criou um momento ímpar para o restante do grupo que foi provocado a realizar uma re-cognição a respeito do valor relativo do saber formal (certificado escolar) e, por outro lado, de perceber a legitimação no âmbito das políticas públicas, de um saber produzido na comunidade e processado via liderança educativa

na ação. Isto faz parte da construção de um protagonismo que vai acontecendo na paciente tarefa de sistematização reflexiva e crítica de saberes ocorrida na perspectiva da práxis.

Nesta oficina, quando as mulheres analisavam o que dificultava e o que facilitava o trabalho nas cooperativas, estavam tomando distanciamento da suas vivências com o apoio das pesquisadoras. De forma não linear, as mulheres indicaram novos elementos, que não haviam aparecido nas entrevistas, ao mesmo tempo em que buscávamos com elas aprofundar aspectos mais gerais e teóricos presentes nos depoimentos. Trazendo análises dos dados, conceitos e uma provocação sobre a necessidade de uma estrutura pública, inclusive da própria educação básica e profissional, para se poder reinventar a economia.

Na outra oficina, em que nos propusemos a focar mais a questão do tema do protagonismo das mulheres na gestão comunitária e nos empreendimentos, novamente muitos exemplos foram trazidos no desejo de contar como estavam “fazendo as suas coisas” e as dificuldades enfrentadas. As pesquisadoras também apareceram ansiosas por socializar suas conclusões e reflexões teóricas; isto é, como nós estávamos “fazendo as nossas coisas”. Era uma segunda oficina, muita coisa tinha ocorrido nos empreendimentos naquele meio tempo e, no caso da associação pró-cooperativa, a ação de algumas mulheres em fóruns mais amplos de articulação de iniciativas da economia solidária na cidade e região foi relatada. Um comentário permanente, não passou despercebido “a maioria mulher” ... Que re-cognição estava acontecendo com essas mulheres a respeito do seu protagonismo individual e de suas companheiras? A Carla, uma de nossas entrevistadas estava presente e, ao sair da oficina, diz que aprendeu algo novo. Diz que sai pensando no protagonismo, palavra que não conhecia. Ela que continua ativa atuando de forma protagônica... Re-cognição antes, durante e depois da oficina acompanhada, ou em função, de uma prática movimentada que não cessa?!

Segundo Souza (2000) a crítica, que vai acontecendo no diálogo,

significa sempre interpretar a própria interpretação, repensar os contextos, desenvolver múltiplas definições e tolerar as ambigüidades, de modo que se possa aprender a partir da tentativa de resolvê-las. E significa a mais cuidadosa atenção ao nomear o mundo (p.54).

Nessa troca de experiências, entremeada de conhecimento de resultados de pesquisa, vai se afirmando um processo aberto, em que prática e teoria vão se transformando juntamente com os sujeitos que as estão construindo. Aquilo que é vivência vai se transformando em experiência. Os sujeitos vão reconhecendo e analisando os seus registros, de senso comum ou teórico-disciplinares, que os vêm orientando e que podem ser mudados na mesma medida, não necessariamente ao mesmo tempo, em que novas ações vão sendo realizadas e nomeadas.

Engravidar uma “nova economia”, cujo longo e contraditório processo seja conhecido, portanto nomeado e sentido por aqueles e aquelas que a estão realizando, pode contribuir para que diminuamos as chances da ocupação, esperta e permanente, do opressor na casa e na alma do oprimido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1998, p.124-142.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Teresa (org.). *Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21*. São Paulo: Cortez, Rede Mulher de Educação, 2001.

CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORREIA, José Alberto. Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In: CANÁRIO, Rui (org.) *Formação e situações de trabalho*. Lisboa: Porto, 1997, p.13-41.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 135-143.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo, Cortez, 2004.

SANTOS, Eloísa Helena. Saber popular. In: *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: NET/UFMG, 2000, p. 297.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e cultura: uma relação entre saber e trabalho. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul/dez –2000. P.119 -130.

SAFFIOTI, Heleieth. 2002. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34 Ltda. e Fundação Carlos Chagas, 2002, p.321-338.

SOUZA, João Francisco de. As pessoas adultas podem beneficiar-se da escola: rumo a novas propostas curriculares. In: SOUZA, João Francisco de & PORTO, Zélia Granja (org.) *Educação popular; participação, exclusão na América Latina hoje*. Recife: NUPEP, 2000, p. 30-57.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. In: *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, vol.12, nº1 – jan/jun – 2003, p.21-34.

TIRIBA, Lia. 2001. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.